

## CONCEITOS FUNDAMENTAIS EM GEOGRAFIA: PRÁTICAS ESPACIAIS

**Cláudio Smalley Soares Pereira<sup>1</sup>**

Universidade Estadual do Ceará (UECE)  
Fortaleza, CE, Brasil



Enviado em 20 dez. 2023 | Aceito em 5 abr. 2024

As transformações teóricas, epistemológicas e metodológicas na Geografia, sobretudo a partir da década de 1980, fomentaram o surgimento de novas proposições conceituais, visando dar respostas aos novos problemas que os geógrafos e geógrafas se defrontaram em um contexto de “virada espacial” nas ciências sociais (STOCK, 2015). Os novos debates foram impulsionados pela aproximação da Geografia com a teoria social, que ajudou a definir os novos rumos da pesquisa geográfica, ampliando sobremaneira a diversidade teórico-metodológica e os assuntos de interesse dos praticantes do campo (CLAVAL, 2011; GREGORY, 1996).

As tendências associadas ao pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-estruturalismo, bem como ao feminismo e decolonialidade somaram-se ao marxismo e à fenomenologia, redefinindo a paisagem intelectual e os contornos políticos da ciência geográfica. A emergência e difusão das discussões que envolvem os sujeitos e indivíduos, por exemplo, suscitou o desenvolvimento e a ampla utilização do conceito de práticas espaciais. Esse conceito, entretanto, já vinha sendo empregado na Geografia com outras acepções.

Para se entender as práticas espaciais é fundamental partir do pressuposto da indissociabilidade entre espaço-tempo. Autores muito diversos, tais como Carlos (2011), Harvey (2008), Lefebvre (2000), Massey (2008) e Santos (1996), para citar apenas alguns, destacam a necessidade de não separar espaço e tempo nas análises que compreendem a vida social em suas mais diversas formas de manifestação. Esse é um ponto de partida crucial para qualquer discussão geográfica.

Ao contrário do que possa parecer, prática espacial – ou socioespacial para alguns – não se refere apenas à dimensão espacial, mas à dimensão espaço-temporal da sociedade que, por meio

1. Doutor em Geografia, professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e dos cursos de graduação em bacharelado e licenciatura da mesma instituição. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4624-4057>. E-mail: [claudio.smlaley@uece.br](mailto:claudio.smlaley@uece.br).

das práticas, produz e reproduz o espaço e a própria vida. De modo mais geral, o conceito surge nos anos 1970 com o filósofo Henri Lefebvre (2000 [1974]), para quem “a *prática espacial* consiste numa projeção sobre o terreno de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social” (LEFEBVRE, 2000, p. 15 – grifos no original)<sup>2</sup>.

Poucos são os autores que têm trabalhado esse conceito, embora seja uma expressão muito utilizada pelos geógrafos. Ele aparece no *Dictionnaire de la géographi et de l'espace des sociétés*, organizado por Lévy e Lussault (2003) e é qualificado como de fundamental importância para a Geografia, enquanto que em outros dicionários especializados o conceito não figura entre os verbetes, como no *The Dictionary of Human Geography*, organizado por Derek Gregory Ron Johnston, Geraldine Pratt, Michael J. Watts e Sarah Whatmore (GREGORY *et al*, 2009).

Segundo Harvey (2006, p. 170), os sujeitos, em sua diversidade, produzem novas configurações geográficas por meio de “práticas espaciais entrelaçadas”, estas podendo ser conflituosas, contraditórias e complementares. As práticas espaciais (e temporais) não são neutras e envolvem conteúdos sociais como de classe, gênero, raça e etnia; envolvem, portanto, relações de poder (HARVEY, 2008, p. 206-218). Dessa forma, a análise do espaço, lugar, território, paisagem e região não pode deixar de enfatizar os papéis desempenhados pelos agentes sociais que produzem, consomem, usam e significam o espaço, nele vivendo. Não é suficiente, portanto, estudar as ações dos agentes econômicos ligados às atividades da produção e reprodução do capital, uma vez que para compreender as formas, as funções, as significações e as estruturas espaciais e seus conteúdos é necessária, também, a compreensão dos indivíduos, sujeitos e grupos sociais.

Encontramos a expressão práticas espaciais no clássico livro de Lacoste (1988 [1976]), quando ele se refere de forma comparativa à evolução das práticas espaciais dos aldeões e dos cidadãos na França. Para Lacoste, ambas práticas espaciais estão ligadas de formas distintas a conjuntos espaciais e a elementos destes conjuntos que se encaixam juntamente com as representações espaciais. O resultado é a “espacialidade diferencial”, sendo ela a expressão da construção geográfica da sociedade.

Apoiado em Lacoste, Moreira (2001, p. 16) afirma que as “práticas geográficas são categorias do empírico”, suas ações são acumulativas diacrônica e sincronicamente, ao mesmo tempo em que é por elas que a sociedade é produzida espacialmente. De forma sintética, para Moreira (2001, p. 32) “as práticas espaciais são a base da organização geográfica das sociedades. O resultado da acumulação dessas práticas espaciais é um tecido espacial cada vez mais denso, móvel, fluido e liso que determina a estrutura geográfica complexa que a sociedade vai adquirindo no tempo”. Depreende-se que a organização geográfica das sociedades revela, portanto, uma dialética entre o permanente e o efêmero, os fluxos e os fixos, a mobilidade e a imobilidade, dentre outras relações contraditórias que estruturam a sociedade espacialmente ao longo da história. Para este autor, “tudo em geografia começa e se resolve nas práticas espaciais [...] toda relação homem-meio é uma forma de prática espacial, mesmo que a recíproca não seja verdadeira em forma direta” (MOREIRA, 2010, p. 46).

Embora Lacoste (1988) e Moreira (2001) tenham tomado as práticas espaciais como elementos fundamentais para entender a produção geográfica da sociedade, eles não explicitaram de forma clara o que são essas práticas, não chegando a desenvolver mais amplamente o conceito. Apesar disso, contribuíram para a melhor apreensão conceitual por meio de exemplos e análises.

O pensamento de Moreira (2001, 2010) aproxima-se também da abordagem de Lefebvre (2000, p. 475), porque este considerava que a prática espacial “se observa empiricamente”, afirmando ainda que a prática espacial “se constata, se descreve, se analisa em diversos níveis: na arquitetura, no

<sup>2</sup> Visando melhorar o entendimento e a fluidez do texto, optei por traduzir as passagens que são de outros idiomas.

urbanismo (termo emprestado aos discursos oficiais), no ordenamento efetivo de percursos e de lugares (territórios), na vida quotidiana e, bem entendido, na realidade urbana". Neste sentido, na concepção original de Lefebvre (2000), a prática espacial está ligada ao percebido, e deve ser necessariamente vista em relação dialética com as representações do espaço (concebido) e os espaços de representação (vivido), constituindo, assim, uma triplicidade.

Os trabalhos de Corrêa (1995, 2007) são referência na literatura brasileira para o entendimento das práticas espaciais a partir das ações dos agentes capitalistas da produção do espaço, visto que ele foi o pioneiro no Brasil na construção do conceito. Por meio do estudo do Grupo Souza Cruz, Corrêa (1995) definiu as práticas espaciais como "ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução". Ela resulta, por um lado, da consciência do homem da diferenciação espacial, e de outro, dos diversos projetos derivados de cada tipo de sociedade, bem como do papel da cultura, da técnica e da natureza que viabilizam a reprodução e existência dos agentes (CORRÊA, 1995). Nesse bojo, o autor propõe que cinco práticas espaciais são identificáveis a partir desta perspectiva, as quais não são mutuamente excludentes entre si, mas se complementam: seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e, por fim, a reprodução da região produtora (CORRÊA, 1995, p. 36-43).

Em artigo mais recente, Corrêa (2007, p. 68) as entende como "ações espacialmente localizadas engendradas por agentes sociais concretos, visando objetivar seus projetos específicos". São, também "ações individuais, não necessariamente sistemáticas e regulares, caracterizadas por uma escala temporal limitada" (CORRÊA, 2007, p. 68). Esta conceituação proposta pelo autor tem como foco a análise dos agentes capitalistas da produção do espaço, como as grandes empresas e os proprietários dos meios de produção. Pode-se observar que espaço e tempo estão intrinsecamente relacionados nessa proposta.

Em outra perspectiva de análise, Souza (2010, 2013) retoma o conceito de práticas espaciais para estudar os movimentos sociais urbanos. Diferente – mas não de maneira oposta – das concepções de Lefebvre (2000) e Corrêa (1995, 2007), Souza (2010, 2013) propõe entender as práticas espaciais como "práticas sociais densas de espacialidade" (SOUZA, 2010, p. 23). Neste sentido, para o autor as práticas espaciais são sempre práticas sociais e estas não podem ser entendidas sem a dimensão espacial e sem a ação social. Porém, ele destaca que nem todas as práticas sociais deveriam ser qualificadas como práticas espaciais, visto que algumas delas não são amplamente dependentes da dimensão espacial. De forma mais clara ele afirma que "Todas as práticas espaciais [...] são sociais. Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a 'lugaridade'...) é um componente nítido e destacado da *forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados*" (SOUZA, 2013, p. 241 – grifos no original).

Dessa maneira, existiriam as "práticas sociais densas de espacialidade" e outras que são somente indiretamente, limitadas ou pouco densas de espacialidade, estas não merecendo ser qualificadas como práticas espaciais, visto que não têm o espaço como dimensão ou condição tão imprescindível, forte e diretamente impregnada para sua realização, ainda que elas não sejam práticas desprovidas de espaço. Daí o autor qualificar as práticas espaciais, de um lado, como heterônomas, que são aquelas próprias do poder explícito, as práticas coercitivas e que sempre visam submissão, adestramento, amansamento, e de outro lado, as insurgentes, que são aquelas práticas espaciais produzidas pelos movimentos sociais urbanos a partir de uma ação direta (SOUZA, 2010, 2013). Em suma, nessa perspectiva nem todas as práticas que são chamadas de espaciais deveriam

assim ser qualificadas, mas somente aquelas que são densas de espacialidade, representadas nessa perspectiva, por exemplo, pelos movimentos sociais urbanos.

No *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés* de Lévy e Lussault (2003), a prática espacial é discutida a partir de duas abordagens: a primeira, em texto assinado por Staszak (2003), aborda as práticas espaciais como um conjunto de comportamentos de um operador em relação com um espaço que constitui para ele um contexto; a segunda, assinada por Lussault (2003a), é mais genérica, e aborda a prática espacial como a dimensão espacial da atividade de um operador.

Para Staszak (2003, p. 740), “todo comportamento tem um lugar no espaço, mas não toma necessariamente o espaço por objeto ou desafio”. Neste sentido, prática espacial seria reservada para o uso referente ao modo de vida, práticas habituais ligadas à vida cotidiana, enquanto que para outras ações que não são práticas, seria usado o termo “ação espacial”, que consiste em modificar a relação de um sujeito com o espaço, como se poderia observar por meio do deslocamento, por exemplo. Assim, prática espacial é de uso mais restrito, enquanto que ação espacial é mais amplo. Em outras palavras e de forma sintética, toda prática espacial é também ação espacial, mas nem toda ação espacial é uma prática espacial.

Lussault (2003a, p. 741-742), por sua vez, aborda a prática espacial da seguinte maneira. Para ele, toda prática articula, no mínimo, uma relação do operador que age à dimensão espacial (ideal e/ou material) da sociedade (LUSSAULT, 2003a). Argumenta, ainda, que não se pode separar os atos que são espaciais dos que não são, porque eles são sempre juntos. Uma teorização mais ampla por parte de Lussault sobre as práticas espaciais pode ser encontrada em outro artigo de sua autoria, em que há uma ampla discussão com a filosofia e a sociologia, onde propõe uma “abordagem axiológica centrada sobre o indivíduo em atos e seus valores” (LUSSAULT, 2022, p. 2) e em um livro em que ele constrói uma teoria geográfica sobre a construção social do espaço e da espacialidade humana (LUSSAULT, 2007).

Semelhante à Staszak (2003), Lussault (2003a) diferencia a ação espacial – a manifestação de uma intenção objetivável pelo operador para inscrever as relações pragmáticas ao espaço – da prática espacial, esta última sendo “a passagem ao ato (esta última palavra constituindo um sinônimo de prática) e suas expressões espaciais”. A ação espacial na qual um operador se encaixa na organização do espaço geográfico envolve três modos relacionais ao espaço ou três planos da relação do indivíduo com o espaço: i) o espaço material como suporte, ii) o espaço como instrumento da práxis e, iii) o espaço carregado de valor (LUSSAULT, 2003b, 2022, p. 16-17). Entretanto, estes conceitos – ação espacial e prática espacial – são complementares, pois “a prática pode ser espacial no âmbito mesmo de uma ação espacial e inversamente” (LUSSAULT, 2003a, p. 742). Existe ainda um terceiro conceito, o “uso” (*l'usage*), que é diferente e, segundo o autor, não é muito empregado pelos geógrafos, sendo visto de maneira geral mais como um determinismo (tecnologia, por exemplo), mas que pode ser conservado para designar os *savoirs pratiques*, o conhecimento, as competências, isto é, compreendido, também, como complementar da ação espacial e da prática espacial.

A ação, conceito derivado da sociologia, principalmente a partir da contribuição de Max Weber (1978, 1994 *apud* SOUZA [2013]), fundamenta a própria conceituação de prática espacial, visto que “toda prática espacial, assim como mais amplamente, toda prática social, é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de *relações sociais*” (SOUZA, 2013, p. 241 – grifos no original). A ação é, portanto, central, e por isso deve ser diferenciada.

O próprio Souza (2013) retoma a discussão de ação social e relação social desenvolvida por Weber para entender o que são as práticas espaciais. Mas nem todos os geógrafos tiveram esta preocupação. Milton Santos, por exemplo, afirmou que “a geografia estuda a ação do homem” (SANTOS, 2008, p. 97) na produção do espaço, para depois propor o entendimento do espaço como

sistema de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996). Na sua obra, a prática espacial não é discutida e nem mencionada, enquanto para outros, a ação passa a ser o foco central de análise ao invés do espaço (WERLEN, 2000), ainda que a prática espacial também tenha sido, de certo modo, deixada de lado.

É importante destacar que Santos (1996) conhecia bem a obra de Benno Werlen e, apesar de encontrar no livro *Society, Action and Space: An alternative human geography* várias alusões à ideia de um “papel ativo do espaço”, Werlen acabou por dar, na avaliação de Milton Santos, mais ênfase à uma geografia social voltada para a explicação das ações humanas, deixando os objetos em segundo plano. Para Santos (1996, p. 86), o estudo do espaço não deve colocar em pauta a escolha entre objetos ou ações, mas tratar das duas categorias de forma unitária.

A partir dessa exposição, é possível discernir ao menos duas abordagens sobre as práticas espaciais: uma que entende as práticas espaciais de maneira mais ampla, mais geral, ainda que com diferenças nas abordagens, que é a perspectiva de Lefebvre (2000), Corrêa (2007, 2010), Lacoste (1988) e Moreira (2001); e outra que entende as práticas espaciais de maneira mais restrita, representadas, mesmo que também haja diferenças entre suas abordagens, por Souza (2010, 2013), Staszak (2003) e Lussault (2003a).

As práticas espaciais de sujeitos e indivíduos são orientadas a partir de um ou vários objetivos a serem cumpridos, pensados mais ou menos conscientemente e que são sociologicamente determinados, por exemplo, por um *habitus* (STASZAK, 2003). Não é ao simples deslocamento no espaço que se refere a prática espacial; ela está ligada a um conjunto de determinações que influenciam os deslocamentos a maiores ou menores distâncias, produtos que serão comprados e os lugares onde eles serão consumidos, o lazer e a renda que (im)possibilita a aquisição de certos bens, o meio de transporte que condiciona as práticas espaciais (auto)segregadoras, os lugares de moradia etc. Stock (2015) reconhece, nessa direção, que “As práticas estão em jogo como relações não apenas com o espaço e o lugar, mas também com a distância, a localização, os limites, o posicionamento e o deslocamento, a escala, o mundo biofísico e a paisagem, o território, os arranjos, etc. Vários atores e actantes resolvem e levantam problemas através de recursos espaciais (como espaçamento de capital), que são mais diversos do que o fato de as práticas ocorrerem em um mundo físico de arranjos espaciais”.

O conceito de prática espacial, na maior parte das vezes em que é operacionalizado, diz respeito aos aspectos ligados ao cotidiano, que produzem o espaço e o reproduzem enquanto momento de produção do mundo e reprodução da vida humana. Nesse bojo, interessa entender que “a prática social é espacializada e a ação cumpre-se num espaço e tempo em várias escalas indissociáveis a partir do plano da vida cotidiana” (CARLOS, 2011, p. 19).

Os agentes econômicos e políticos, segundo uma das abordagens, também têm suas práticas espaciais, que se convertem em processos espaciais (centralização-descentralização, concentração-desconcentração, entre outros) associados às lógicas espaciais do modo de produção capitalista e das formações socioespaciais, as quais implicam, por exemplo, na produção e estruturação do espaço em múltiplas escalas, quando da localização periférica dos equipamentos comerciais e de serviços e espaços residenciais fechados de elites, por exemplo, na escala da cidade.

As implicações analíticas do conceito de práticas espaciais são diversas e amplas, e dependem do modo como se dá a relação sujeito-objeto no âmbito da problematização de uma determinada pesquisa. Envolvem, também, escolhas teóricas, metodológicas e epistemológicas. As implicações do papel do consumo nas cidades, por exemplo, possibilitam considerar que as práticas espaciais dos agentes sociais são elementos importantes para se entender como a cidade e a centralidade são produzidas e redefinidas, visto que os significados econômico, político, social e simbólico da centralidade estão atrelados às ações dos agentes que ora a reforçam, ora a destroem. Isso implica,

também, considerar o turismo, a urbanização e diversos outros fenômenos que constituem foco de análise das práticas espaciais.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, tem-se lançado mão de uma grande variedade de formas de coleta de dados com vistas a operacionalizar o conceito de práticas espaciais. Como afirma Stock (2015), “investigar práticas é agora um problema metodológico comum dentro da geografia, e o uso de técnicas de pesquisa qualitativa tornou-se difundido”. Destacam-se, dentre outros, as metodologias mais qualitativas, como as entrevistas (em suas diversas modalidades) e os questionários.

A discussão do conceito de práticas espaciais, ainda que breve, como vista aqui, necessita um maior aprofundamento, o que fortalecerá a gramática conceitual pela qual a Geografia e os seus praticantes se expressam na rotineira atividade de compreender, analisar e explicar o mundo em que vivemos.

## Referências

- CARLOS, A. F. A. (2011) *A condição espacial*. São Paulo: Contexto.
- CLAVAL, P. (2011). *Epistemologia da geografia*. Florianópolis: Edufsc.
- CORRÊA, R. L. (2007) Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 61-72.
- CORRÊA, R. L. (1995) Espaço, conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES; P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org). *Geografia, conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 15-47.
- GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, M. J.; WHATOMORE, S. (Eds). (2009) *The Dictionary of human geography*. 5th ed. Blackwell Publishing.
- GREGORY, D. (1996). Teoria social e geografia humana. In: GREGORY, D.; RON, M.; SMITH, G. (Org). *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 90-122.
- HARVEY, D. (2008) *A condição pós-moderna*. 17 ed. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, D. (2006) *A produção capitalista do espaço*. 2 ed. São Paulo: Annablume
- LACOSTE, Y (1988) *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus.
- LEFEBVRE, H. (2000) *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos.
- LÉVY, J.; LUSSAULT, M. (2003) *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Berlin.
- LUSSAULT, M. (2003a) Pratique spatiale. In: LÉVY, J.; LUSSAULT, M. (Org). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Berlin, p. 741-742.
- LUSSAULT, M. (2003b) Action spatiale. LÉVY, J.; LUSSAULT, M. (Org). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Berlin, p. 42-44.
- LUSSAULT, M. (2007) *L'homme spatial: La construction sociale de l'espace humain*, Paris: le Seuil.
- LUSSAULT, M. (2022) Ação(ões)! *Geographia*, Niterói, v. 24, n. 52, p. 1-20.
- MASSEY, D. (2008). *Pelo Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand
- MOREIRA, R. (2001) As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. *Geographia*, Niterói, v. 3, n. 5, p. 15-32.
- MOREIRA, R. (2010) *O que é geografia*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense.
- SANTOS, M. (1996) *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. (2008) *Metamorfoses do espaço habitado*. 6 ed. São Paulo: Edusp.
- SOUZA, M. L. (2010) Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 7, n. 11, p. 13-47.
- SOUZA, M. L. (2013) Práticas espaciais. In: SOUZA, M. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 235-260.
- STASZAK, J.-F (2003) Pratique spatiale. In: LÉVY, J.; LUSSAULT, M. (Org). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Berlin, p. 740-741.
- STOCK, M (2015). Spatial practices, theoretical implications. *EspacesTemps.net* [na internet], Works. Disponível em: <https://www.espacestemp.net/en/articles/spatial-practices-theoretical-implications/>. Acesso em 12 jun. 2022.
- WEBER, M. (1978) Ação social e relação social. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (Ed.). *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LTC. p. 139-144.
- WERLEN, B (2000). Regionalismo e sociedade política. *Geographia*, Niterói, v. 2, n. 4, p. 07- 25